

UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM PROL DA REDE DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: O CASO DA COOPERAC DE CONSTANTINA/RS

The experience of a social organization in support of family-owned agro-industries: the COOPERAC case in Constantina/RS

Aline Weber Sulzbacherⁱ
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Pedro Selvino Neumannⁱⁱ
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar o histórico e a experiência de organização social em prol da construção de uma rede de agroindústrias familiares rurais (AFRs), no município de Constantina/RS. Essa discussão faz parte da dissertação de mestrado, defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e que tinha por problemática a avaliação de impacto social no universo das AFRs. Apresenta-se aqui um processo e forma de organização que foi sendo construída ao longo de 25 anos e que forneceu as bases sociopolíticas para a criação de uma cooperativa central aliada a progressiva consolidação e expansão das agroindústrias, em sua capacidade de articular produção-processamento-comercialização em circuitos curtos e longos, além de galgar apoio das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal.

Palavras-chave: agroindústria familiar rural; cooperativa; organização social.

Abstract

This article aims to present the history and experience of social organization in favor of building a network of rural family agro-industry (AFR), in the city of Constantina/RS. This discussion is part of the dissertation, defended at the Graduate Program in Agricultural Extension and which had the issue of social impact assessment within the universe of AFR. We present here a strategy for the organization that has been built over 25 years and providing the socio-political bases for the creation of a central cooperative allied with progressive consolidation and expansion of family agro-industry in their ability to articulate production-processing-marketing circuit short and long, and climb supporting public policies in municipal, state and federal.

Keywords: rural family agro-industry; cooperation; social organization.

INTRODUÇÃO

A agroindústria familiar é uma estratégia de desenvolvimento rural. É sobre essa tão fabulosa expressão, que se transformou (praticamente) em um modismo político e acadêmico, que se pretende problematizar. Ainda no bojo da produção artesanal de alimentos¹ já se observa uma expressiva importância desta atividade no espaço rural, especialmente pelas suas diferentes combinações na relação entre os sujeitos e a natureza, dada pela co-evolução sócio-ambiental. Inclusive, a sua consolidação em agroindústria familiar rural² (AFR), traz consigo e representa parte da diversidade de

agricultura(s) que se encontram no Brasil. Portanto, a priori, não há como estabelecer um modelo nato, nem definir caminhos ou tentar padronizar ações, pois isso resultaria na redução da diversidade, elemento que é sua essência. Em geral, pode-se entender a AFR como uma atividade que assume uma forma e uma denominação moderna (tanto pelo nome 'agroindústria' como pela exigência de infraestrutura específica), mas seu conteúdo é essencialmente cultural e ligado ao tradicional processamento de produtos agropecuários, sejam de origem animal ou vegetal, sejam alimentos ou bebidas historicamente presentes no espaço rural brasileiro.

Para tal, a discussão sobre avaliação de impacto social neste universo envolveu as bases e reflexões desenvolvidas durante a dissertação de mestrado, em Extensão Rural, que tinha por objetivo construir uma proposta de avaliação do impacto social da agroindústria familiar rural, usando como escalas de análise a unidade de produção familiar e o entorno comunitário. Portanto, realizou-se estudo teórico, participação em feiras de agricultores, visita e entrevista a agroindústrias do município de Constantina/RS e, por fim, a análise e correlação de dados. Os resultados apontam que a dimensão social geralmente é ponderada a partir da melhoria na qualidade de vida dos sujeitos rurais envolvidos no processo. No entanto, isso não se coloca como uma realidade a todas as experiências de agroindustrialização, sendo que muitas acabam por vivenciar tanto impactos sociais positivos quanto negativos, especialmente para o grupo familiar. Para captar essas alterações, a proposta de avaliação de impacto social foi aplicada a campo e re-elaborada através da inclusão e/ou exclusão de variáveis, indicadores e hipóteses de impactos.

Durante avaliação de impacto, a organização social através de redes mostrou-se como uma estratégia fundamental para avançar na expansão das agroindústrias familiares e, para tal, a figura jurídica da cooperativa 'central' assume grande importância. Um exemplo pioneiro disso, em nível de Brasil, é o caso da Unidade Central das Agroindústrias Familiares (UCAF) no oeste catarinense a partir da assessoria e acompanhamento da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). Esta experiência iniciou a partir de uma realidade com problemas que são

frequentemente encontrados no espaço rural e/ou em grupos coletivos, tais quais: a) muito grandes para trabalho coletivo; b) não respondiam no trabalho e na renda das famílias; c) iniciavam atuando em cadeias produtivas ou atividades que os sócios e as famílias não tinham experiência; d) não tinha estratégias de gestão e de comercialização; e) pouca fidelidade dos sócios por que não é dono do patrimônio; f) mão de obra da associação contratada e não sócios; g) informalidade do processo.

Nesse cenário, a tomada de ciência destes problemas, fez com que a APACO pudesse se re-organizar e traçar um planejamento estratégico onde a consolidação de uma rede foi tirada como meta a fim de viabilizar os pequenos empreendimentos agroindustriais. As principais motivações para esse processo foram: a) agroindústrias isoladas 50% quebram no primeiro ano de vida e 80% até o segundo ano de vida; b) alto custo dos serviços; c) inexperiência na gestão; c) não conhece a cadeia produtiva que vai atuar; d) organizar-se em rede para melhorar a logística de comercializar; e) reduzir os custos dos serviços especializados.

Portanto, tomando por base essas reflexões, este trabalho tem por objetivo apresentar o histórico e a experiência de organização social em prol da construção de uma rede de agroindústrias familiares rurais (AFRs), consolidada através da Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC) e que conferiu condições para a consolidação da estratégia de agroindustrialização dos produtos de origem animal e vegetal no município de Constantina/RS.

AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM ESTUDO: O CASO DE CONSTANTINA/RS

A título de contextualização, Constantina se emancipou em 1959, a partir da Lei 3736/59, e conta atualmente com uma área de 203 km² e população de 9997 mil habitantes (FEE, 2008). Localizado na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul, como mostra a Figura 05, o município apresenta um processo de formação sócioespacial que congrega colonização dos descendentes dos imigrantes italianos e alemães, com características agroecológicas marcadas pelo relevo ondulado, frequência pluviométrica entre 80 e 150mm e temperatura média anual de 23°C.

Para Lima e Hennig (2008), o espaço rural do município de Constantina pode ser dividido em cinco microrregiões (Figura 01): a microrregião de agricultura familiar

mecanizada (localizada ao sul do município); a de agricultura familiar com mecanização incompleta (localizada na porção central); a de agricultura familiar com diversidade (porção norte, na qual aparecem atividades como agroindústria, fruticultura e suinocultura integrada); a de agricultura familiar descapitalizada (localizada nos extremos noroeste e nordeste); e a microrregião de agricultura indígena (porção nordeste, em verde). As agroindústrias concentram-se na porção norte e nordeste.

A dinâmica populacional no município apresentou decréscimo de 16% da população, no período entre 1990 e 2008, como mostra a Tabela 01. A fim de estipular um parâmetro para comparação, utilizaram-se dados referentes ao município de Crissiumal/RS, que também vem articulando suas políticas

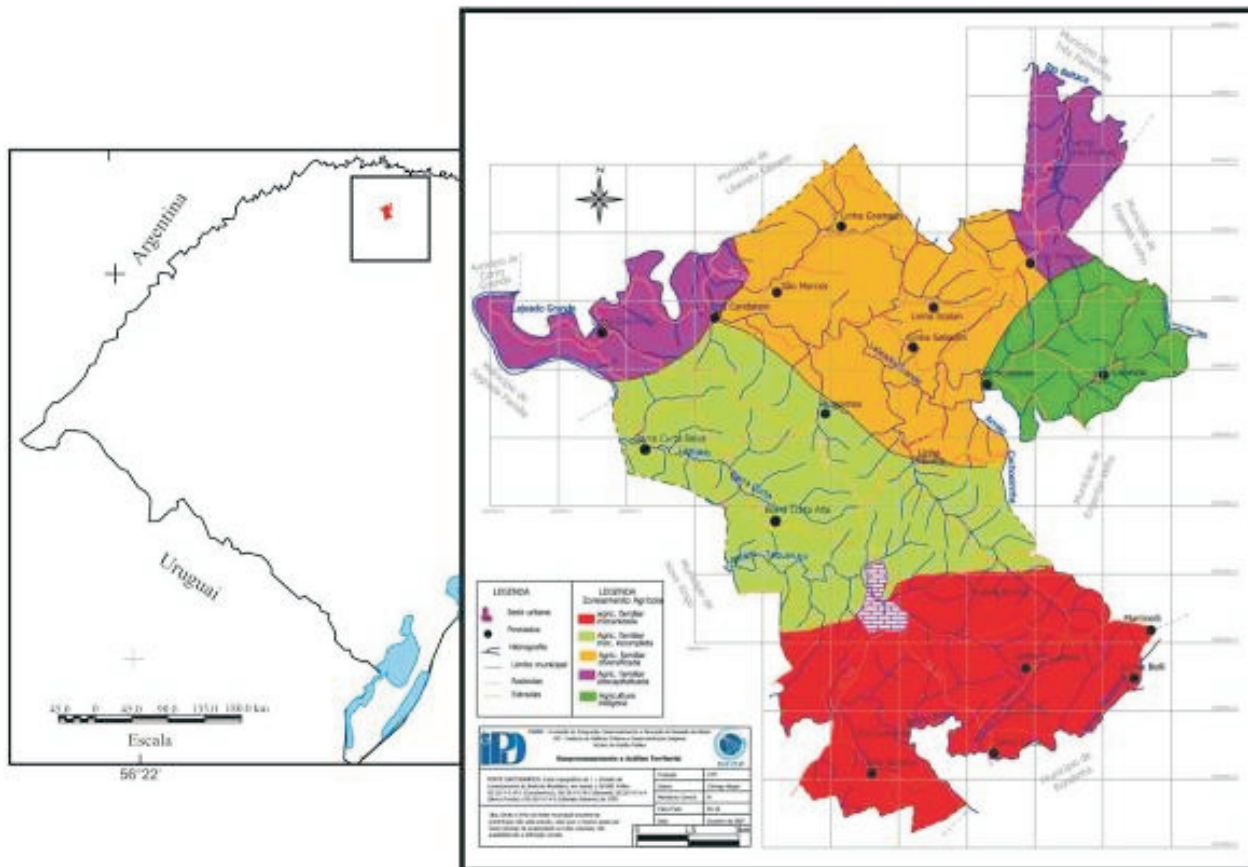


Figura 01 – Representação gráfica do município de Constantina/RS.
Fonte: Lima e Hennig (2008)

públicas e os atores locais em prol dos processos de agroindustrialização. Nesse sentido, pode-se observar que o decréscimo na população rural foi menor em Crissiumal, com -20%, enquanto que em Constantina observou-se -52%.

A diminuição da população rural, em Constantina, foi mais significativa entre anos de 2000 e 2005, quando cerca de 2000 mil pessoas abandonaram o campo. Esse dado se coloca como um importante ponto problematizador: a re-criação das agroindústrias foi motivada como estratégia para manter a população no espaço rural? Antes de dedicar-se a estas questões, cabe acompanhar um pouco do processo histórico do município.

A história agrária de Constantina/RS, diagnosticada por Lima *et al* (2008), aponta para cinco períodos marcados por diferentes sistemas de produção: até 1920 com agricultura de coivara; entre 1920-1965, o desenvolvimento e a crise da agricultura colonial; 1965-1985, modernização da

agricultura; 1985-1995, crise da agricultura familiar; 1995-2007, diversificação e intensificação da matriz produtiva.

Nesta pesquisa, cabe atentar para o período posterior a 1920, quando se estabelecem os primeiros colonos, e, com eles, um sistema de produção que tinha o processamento artesanal de alimentos e bebidas como um de seus eixos principais:

Adotando o sistema de pousio dos índios e dos caboclos, a nova colônia se consolida mediante uma policultura colonial, com produção de milho, mandioca, feijão, batata, para consumo da família e a banha como principal produto comercial. O excedente da produção era comercializado em troca de mantimentos no comércio local (bolichos e moinhos) e para municípios vizinhos (LIMA, *et al*, 2008, p. 15).

Esta organização sócioespacial entra em crise com as partilhas das terras por herança, a perda de fertilidade dos solos e a progressiva diferenciação social entre os colonos, exigindo

Constantina	1990	1995	2000	2005	2008	Varição 1990-2008
Rural	10340	6811	5865	3753	3235	-68,7%
% variação		(-34,1)	(-13,8)	(-36)	(-13,8)	
Urbana	4862	5103	5802	6127	6762	39,08%
% variação		(4,9)	(13,7)	(5,6)	(10,3)	
Total	15202	11914	11667	9880	9997	-34,2%
% variação		(-21,6)	(-2,07)	(-15,3)	(1,18)	
Crissiumal	1990	1995	2000	2005	2008	Varição 1990-2008
Rural	11967	10482	9056	8863	8324	-30,44%
% variação		(-12,4)	(-13,6)	(-2,1)	(-6,1)	
Urbana	6340	6201	6124	6037	6612	4,29%
% variação		(-2,1)	(-1,2)	(-1,4)	(9,5)	
Total	18307	16683	15180	14900	14936	-18,41%
% variação		(-8,87)	(-9,0)	(-1,8)	(0,2)	

Tabela 01 – Variação da população em Constantina e Crissiumal/RS.

Fonte: FEEDADOS, 2009.

Obs.: os percentuais de variação sempre tomam por base o ano anterior.

a utilização de crédito rural subsidiado e/ou, em situação extrema, obrigando o abandono das atividades. O ingresso nos sistemas “modernos” de produção agrícola com integração à indústria e produção de soja/trigo mostra-se como uma das alternativas postas para a agricultura familiar. Este cenário estende-se até meados de 1985, quando, de fato, a atividade entra em crise.

Na escala regional e estadual, a crise pós modernização da agricultura foi sentida por grande número de produtores familiares, representada principalmente pelas dificuldades de reprodução socioeconômica das unidades de produção. Isso gerou uma série de consequências e impactos no espaço rural. Muitos deles já foram explorados por outros autores como Brum, 1988; Caporal e Costabeber, 2007; Montenegro Gómez, 2006; dentre outros.

Em Constantina, a crise vivida pela agricultura familiar motivou a busca por alternativas. A organização dos agricultores e a discussão de novas estratégias para o espaço rural motivaram a criação de um plano³ de mudança da matriz produtiva, com a retomada da diversificação dos sistemas produtivos. A partir de 1995, a introdução da produção integrada aos complexos agroindustriais de suínos, leite e fumo, associados à citricultura, vitivinicultura e a agroindustrialização familiar foram as estratégias que caracterizaram a diversificação e a intensificação dos sistemas produtivos⁴.

O processo de agroindustrialização, no seio da agricultura familiar constantinense, consolidou-se como fruto da conjugação destes processos e também das forças propulsoras destes. O marco temporal data do ano de 1999, oportunidade em que foi

formalizada uma das primeiras agroindústrias de beneficiamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar mascavo. Esta agroindústria foi construída a partir do associativismo.

Politicamente esse processo começa a ser construído alguns anos antes, em 1985, oportunidade em que foi eleita nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A partir disso foram adotadas estratégias de gestão voltadas para as demandas dos agricultores, vinculadas a um significativo incentivo para a formação de grupos e/ou associações no espaço rural. O processo de disputa pela direção do sindicato foi um dos processos que contribuiu para a articulação de diferentes atores sociais e, na avaliação de Picolotto (2006), a mudança da direção do Sindicato marcou o início do movimento de agricultores em Constantina,

A partir da estruturação de vários grupos de jovens no interior do município e a constatação destes de que o STR de Constantina não representava os interesses dos pequenos agricultores, mas somente ajudava a reproduzir as políticas modernizadoras e excludentes do Estado, estes grupos decidiram disputar a direção do Sindicato. A disputa do Sindicato visava 'tomar' a entidade para resolver os 'graves' problemas enfrentados pelos pequenos agricultores em meados dos anos 80⁵.

O Sindicato⁶ estimula uma nova organização social e política, com a formação de associações, grupos de cooperação agrícola e com o envolvimento dos agricultores inclusive na realização de estágios, visando à busca por tecnologias alternativas. Esta conjuntura conduziu a relações de produção

coletivas e à adoção de outras estratégias para reprodução das unidades de produção⁷.

Dentre as estratégias, o STR constituiu internamente o Grupo de Cooperação Agrícola, que passa a articular as diferentes ações voltadas para a agricultura familiar⁸ que, dentre os resultados, mobilizou 320 famílias na constituição de 32 associações que participavam de um processo constante de discussão e de melhoria do seu processo produtivo. No auge desta organização foi realizado o Seminário Municipal (1988), a fim de traçar novos rumos, oportunidade em que a produção leiteira é tomada como prioritária e em que a criação da Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina (COOPAC) oficializa-se, em 1990. Nestas condições, o STR forneceu suporte jurídico e financeiro⁹ para a cooperativa, que no início de suas atividades contou com 320 produtores (agricultores que começaram a atividade a partir da iniciativa da cooperativa), recolhendo aproximadamente 95 mil litros de leite (AD¹⁰04, 2008).

Em 1998, através de uma ação coordenada entre o STR e a COOPAC, foi formada, em nível local, uma unidade da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) visando facilitar o acesso dos agricultores familiares aos recursos públicos: "O intuito da cooperativa era incluir aqueles agricultores mais fragilizados, que estavam excluídos do sistema bancário oficial" (PICCOLOTTO, 2006, p. 171).

Além disso, a parceria entre STR e COOPAC estimula os agricultores a buscar alternativas baseadas no processamento de alimentos e/ou bebidas. Começam a se estruturar experiências de comercialização de outros produtos, já que "... várias dessas associações passam a industrializar seu

produto". Neste contexto, a emergência de agroindústrias ocorre a partir da articulação das entidades e dos atores locais: "... foi uma seqüência, primeiro se discute a questão política, organizativa, de produção e depois se passa a fazer então o processo industrial artesanal" (AD04, 2008).

A partir de 2001, a Prefeitura Municipal¹¹ se agrega às entidades (Emater, STR, Coopac, Cresol), intensifica as ações e, além da produção artesanal, passa a incentivar a construção de estrutura própria (das agroindústrias) com inspeção municipal. Dentre as iniciativas da Prefeitura, estão as Leis Municipais: Nº. 1.875/02, que autoriza o Município a repassar equipamentos para as agroindústrias; Nº. 2.332/07, que autoriza o Poder Executivo a conceder o uso de imóvel e bens móveis do Município; Nº. 2.361/07, que autoriza o Poder Executivo a repassar equipamentos do Município para a COOPERAC.

Portanto, à Prefeitura cabia a articulação inicial e a concessão dos equipamentos até então ociosos e, noutro lado, a Cresol garantia o suporte financeiro. A Emater e o STR organizavam os cursos de formação e qualificação dos agricultores e o incentivo para participação em viagens e feiras a fim de comercializar, conhecer e trocar experiências¹².

Em 2003, fundou-se a Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda (COOPERAC), que contava, na época, com 10 agroindústrias associadas. A criação da cooperativa viabilizou a comercialização regional dos produtos, se consolidando como uma estratégia que deu vazão para aquelas agroindústrias que não tinham mercado consumidor suficiente no município. Além

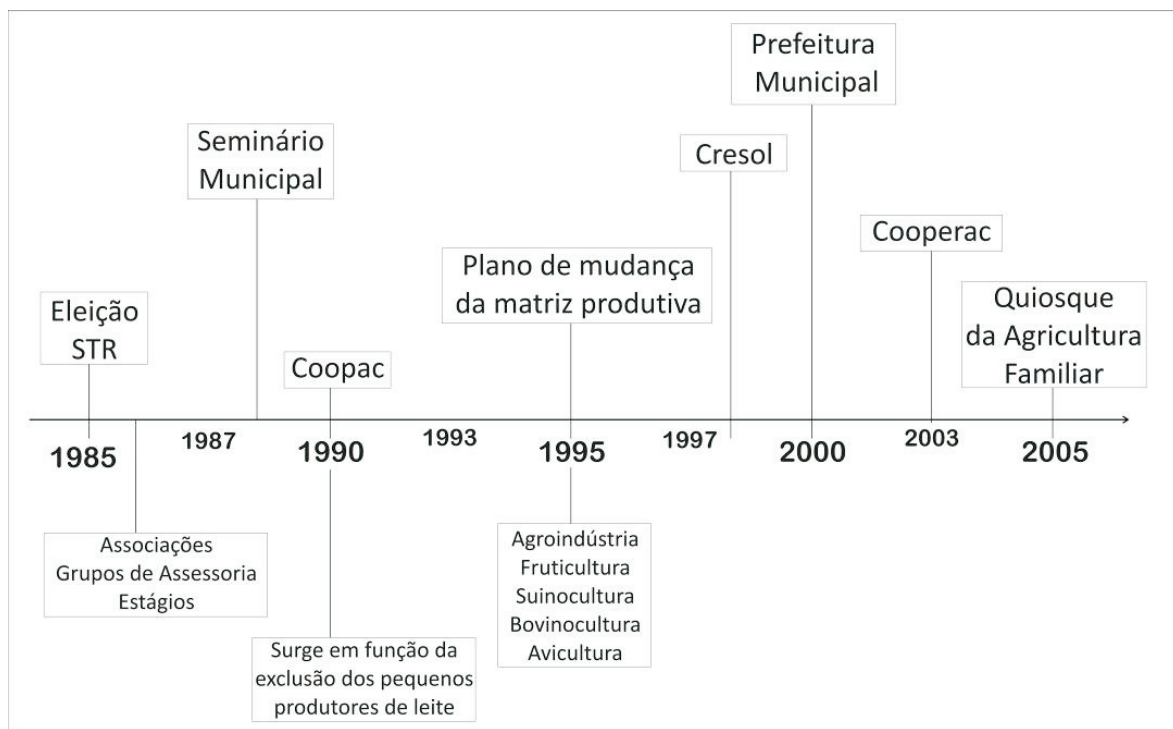


Figura 02 – Representação gráfica da evolução temporal das ações políticas no município.

disso, a cooperativa surgia como um papel de abarcar todas as iniciativas de agroindustrialização de Constantina e região, como relata um dos depoentes: “Ela tinha uma idéia de ser um grande guarda-chuva de todo o processo de agroindustrialização (...) então toda agroindústria nova ou então que fosse ampliada iria para baixo do guarda chuva” (AD03, 2009).

Dentre os objetivos de fundação da COOPERAC estava a necessidade de buscar uma estratégia para simplificar os processos de legalização das agroindústrias, especialmente a fiscal¹³. Desta forma, as agroindústrias associadas passaram a utilizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da cooperativa. Além disso, organizou-se a qualificação e padronização dos rótulos, visando, em longo prazo, construir um padrão de qualidade dos produtos.

Esta estratégia simplifica a legislação trabalhista e previdenciária; fiscal e tributária; e de conselhos de classe. No entanto, ainda

permanecem aquelas voltadas à licença ambiental e sanitária. Nesse sentido, a administração municipal vem se esforçando no sentido de se enquadrar ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), a fim de qualificar e simplificar o serviço de inspeção sanitária e ambiental¹⁴. Essa preocupação também se estende às agroindústrias:

Todas as agroindústrias que tem o registro no sistema de inspeção municipal hoje, elas tão dentro de um padrão, ou seja, tem uma estrutura, um padrão de higiene que a gente acompanha, não do jeito que deveria, porque estamos mais preocupados hoje com as burocracias para fazer o SUASA, estamos deixando um pouco a desejar na ida semanal que o sistema exige, você estar indo pelo menos uma vez por semana passar agroindústria por agroindústria (...) inspeção de fato. Mas digamos assim, das agroindústrias de suínos e de queijo, a estrutura e o que exige basicamente o sistema de inspeção todas têm, não tem diferenciação, o que é exigido pra

uma é exigido pra outra (AD05, 2009).

À preocupação com a organização dos agricultores em prol da qualificação dos produtos das agroindústrias, somou-se a busca por um espaço para comercialização. Nesse sentido, em 2007, a COOPERAC criou o Quiosque da Agricultura Familiar¹⁵, a fim de garantir um ponto de comercialização¹⁶ tanto dos produtos das agroindústrias e/ou famílias associadas como dos demais agricultores familiares. Como ilustra a Figura 09, atualmente o Quiosque comercializa cerca de 50 tipos de produtos (salames, queijos, vinhos, cachaças, pães, cucas, bolachas, defumados, licores, hortaliças, frutas, etc.) oriundos de 14 agroindústrias e de outros 10 agricultores¹⁷. No depoimento de uma das lideranças locais, tanto a COOPERAC como o Quiosque ainda estão num processo de re-construção de sua identidade:

A COOPERAC, de fato, ainda não encontrou seu papel a cumprir (...) passou por dificuldades, até financeiras. Porque o seguinte: as agroindústrias são associadas, mas não tem uma contribuição, vamos dizer assim, econômica mensal (...) ela vive das feiras¹⁸. O Quiosque aqui que a gente tem não anda, está a dois anos aberto (...) sobrevive só para pagar os custos (...) então ela vive uma momento difícil, uma crise de identidade, digamos assim (AG¹⁹05, 2009)

As dificuldades vividas em relação a COOPERAC e ao Quiosque, também foram observadas por outro agente de desenvolvimento, atentando inclusive para as diferentes concepções em relação ao papel a ser exercido pela entidade e pelo ponto de venda:

A criação do ponto, para nós ele era importante porque vinha numa lógica de evoluir um pouco mais que a feira (...) nós queríamos avançar mais (...) ter um ponto que centralizasse as vendas para mais, para externo. Mas isso não evolui tanto, primeiro porque nós tínhamos uma visão assim, mas daqui a pouco será que [o agricultor] a COOPERAC tem essa visão? Ela não amadureceu esse processo (...) agora que o agricultor vê a necessidade de ter isso (rótulo, embalagem, marketing, etc).

O nosso sonho para o Quiosque seria como um ponto de venda, em que venderia produtos da qualidade das agroindústrias para fora do município (AD03, 2009).

Por fim, alguns dos dilemas colocados para o processo de agroindustrialização em Constantina estão diretamente relacionados com o papel a ser desempenhado pelas entidades no sentido de construir e consolidar uma identidade e, principalmente, uma coesão, a fim de direcionar para novos objetivos.

Como se pode observar, a conjuntura histórica arquitetou e favoreceu a expansão da agroindustrialização²⁰ dos produtos agropecuários no município. Esse processo, que iniciou de forma elementar há cerca de 10 anos, começa a colher seus frutos, como avalia uma das lideranças: “foi um processo muito positivo e de destaque, principalmente de renda”²¹ (AD03, 2008), mas há ainda muitas dúvidas sobre o “como fazer” para avançar.

Por fim, ao correlacionar essa trajetória com a concepção de impacto social enquanto um processo de análise e gestão das consequências intencionais ou não intencionais no ambiente humano cabe

destacar que as principais mudanças observadas no município foram na segurança alimentar e na geração de renda e trabalho nas unidades de produção familiar. Ambas foram possíveis a partir do incremento de novos produtos no circuito de produção-distribuição-consumo municipal. Sob o reverso da questão, as mudanças que geraram impactos negativos são sentidas principalmente por aqueles agricultores que se utilizam da produção artesanal de alimentos e/ou bebidas como uma estratégia para complementar renda, principalmente nos períodos de entressafra e/ou queda da produção. Portanto, por um lado, a produção artesanal é quem garante os impactos sociais positivos, na medida em que se soma ao conjunto de atividades da unidade de produção e é “ativada” nos momentos de crise da mesma. Por outro lado, é ela também quem passa a sofrer com as restrições que o ambiente institucional coloca. Essa se apresenta como uma das conseqüências negativas na avaliação de impacto social quando da consolidação da agroindústria familiar rural. No entanto como gestar essas conseqüências? Em Constantina/RS, uma das possibilidades seria a re-articulação das entidades locais, que, na conjuntura atual, parecem estar onipresentes e sem compreensão clara do papel que podem assumir na construção de (novos) rumos no processo de agroindustrialização e de promoção da agricultura familiar.

NOTAS

ⁱ Geógrafa; Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: sulzba@gmail.com

ⁱⁱ Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: neumannps@yahoo.com.br

¹ Neste trabalho entende-se a produção artesanal de alimentos como aquela atividade caracterizada pela pequena escala de produção, vinculada à cozinha doméstica e que tem por objetivo principal o autoconsumo da família (valor de uso), sendo a venda esporádica, portanto, uma estratégia de renda complementar do grupo familiar. Pode-se considerar ainda que divisão social do trabalho dessa atividade geralmente está ligada ao saber-fazer e afazeres da mulher rural. Para Silveira e Heinz (2005) a forma artesanal de produzir significa que o processo de produção implica uma dimensão de arte e não meramente técnica. O toque especial que cada produtor dá ao seu produto é o diferencial e o fundamento do artesanal, o que faz cada produto único.

² A agroindústria refere-se a outro estágio da produção artesanal de alimentos (agora como valor de troca), que apresenta uma infraestrutura própria (espaço e equipamentos) para o processamento dos alimentos e/ou bebidas, mas que pode manter seu caráter artesanal de produção, tendo em vista a permanência do saber-fazer e a lógica de produção familiar. Adiante será apresentada uma noção mais detalhada.

³ O plano tinha por objetivo ampliar as possibilidades de reprodução das unidades de produção e seus dependentes. As instituições locais se encarregaram de criar as condições de financiamento, comercialização e assistência técnica aos agricultores. Ver Lima, Hennig, Grossmann, 2008.

⁴ Estratégia que vinha ao encontro daquilo que vivia a agricultura familiar na região.

⁵ Picolotto (2006, p. 142) se dedica à análise deste processo: “Esta relação de vínculo com as comunidades, o apoio da Igreja e de outras lideranças do movimento de oposição sindical da região e a situação de desgaste da direção tradicional do STR, fizeram com que a oposição obtivesse vitória em um processo eleitoral acirrado”.

⁶ Ao lado do Sindicato, outras entidades também contribuíram para a mobilização e organização dos agricultores, como a Igreja Católica (através das Comunidades Eclesiais de Base) e o MASTER, que contribuiu “na formação de associações de produtores, de cooperativas, na organização de sindicatos e assentamentos de reforma agrária visando melhorar as condições de reprodução dos agricultores (colonos e caboclos) e, ao mesmo tempo, ativar uma representação política a este setor social” (PICOLOTTO, 2006, p. 129).

⁷ Ver Picolotto (2006, p. 147). Dentre as estratégias documentadas pelo autor cita-se a realização da colheita coletiva de sementes de milho, a utilização de adubação verde, criação de suínos ao ar livre, etc. Neste sentido, as parcerias do STR com outras entidades (como CETAP) foram fundamentais para garantir

assistência técnica aos agricultores, inexistente até então. Além disso, a atuação do STR também atendeu para melhoria nos serviços de saúde do município.

⁸ As ações, em 1986, referiam-se à organização dos agricultores em associações, à formação de um banco de sementes, à organização das comunidades em associações de produção ou comercialização, à contratação de um técnico para acompanhar os agricultores, às lavouras comunitárias, etc.

⁹ Esta reorganização interna do STR para atender as novas demandas, em especial administrativas da COOPAC, provocou uma ruptura no caminhar da discussão que vinha sendo construída pelo Grupo de Cooperação Agrícola (que agora se dedica, em parte, para atender a cooperativa). Noutro sentido, a COOPAC passa atuar junto ao STR buscando novas iniciativas para o município como a comercialização, pela cooperativa, de laranja e açúcar mascavo.

¹⁰ Sigla utilizada para referir-se aos informantes-chave, como “agente de desenvolvimento”.

¹¹ A partir do ano de 2001, a nova administração municipal passou a contar com prefeito que vinha trabalhando junto com os agricultores através da CRESOL. Este fato provocou uma mudança radical na forma de conduzir as ações municipais, descentralizando os recursos e equipamentos, como relatam os depoentes: “Até o ano 2000 nós tinha apoio só das entidades, que nos ajudam a ter uma visão diferente, com a Prefeitura Municipal (PM) do nosso lado passamos a conseguir mudas de

cana, equipamentos, etc. Até então tinha a idéia de montar uma grande agroindústria no município, onde os agricultores iriam produzir a cana. Com a nova gestão na PM, começou incentivo ao agricultor (...) PM cedeu alguns equipamentos para agroindústrias. Foi um pontapé inicial muito importante” (AD01, 2008).

¹² Relato dos informantes-chave.

¹³ Agricultores familiares perdiam direito da seguridade especial do INSS ao atuar em atividades empresariais.

¹⁴ Em 2006 o município de Constantina passou a ser habilitado para o licenciamento ambiental das atividades de impacto local.

¹⁵ Espaço foi cedido pela Igreja Católica, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e está documentado no “Termo de Permissão de Uso”, lavrado em 20 de março de 2007.

¹⁶ Havia uma feira de produtor que se realizava duas vezes por semana, na praça. Todavia, houve um processo de centralização das vendas por alguns agricultores, fato que foi dando ao espaço um “caráter privado”. Nesse sentido o Quiosque também foi criado para ser um espaço permanente de oferta dos produtos da agricultura familiar.

¹⁷ Dados referentes à coleta de campo realizada em julho de 2009.

¹⁸ Quando da participação em feiras, a Cooperativa reúne seus sócios e delibera sobre quais produtos serão levados (ou quem quer

vender), qual preço cobrar, etc. Assim, a cooperativa compra os produtos das agroindústrias e revende na feira, sendo que nesta diferença de valores está a renda que a mantém.

¹⁹ Sigla utilizada para representar as agroindústrias.

²⁰ De acordo com lideranças municipais, no ano de 2000 havia algumas poucas agroindústrias (05) e, atualmente (2008) existem 18 agroindústrias associadas a COOPERAC em diferentes estágios de legalização.

²¹ Segundo levantamento realizado pela Emater, as agroindústrias contribuíram cerca de 10% na receita estimada da arrecadação municipal em 2006. De acordo com planilha de custos e receitas, elaborada pela Emater, as agroindústrias (15 existentes) somaram um faturamento anual de R\$ 1.134.789,90.

REFERÊNCIAS

BRUM, A. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural*. Brasília, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Constantina*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Constantina> Acesso em 13 de junho de 2009.

LIMA, A. J. P. de & HENNIG, C. de C. *Dinâmica e estratégia de desenvolvimento agrícola do*

município de Constantina/RS. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), 2008.

LIMA, D. M. et al. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. de Albuquerque; WILKINSON, John (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002. p. 23-38.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento Territorial Rural. Mudar Para Que Nada Mude. In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. *Anais...*, 2006.

PICOLOTTO, E. L. *“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”*: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SILVEIRA, P. R. C. da. e HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: Seminário sobre Agroindústria Familiar e

Desenvolvimento Rural. *Anais...* São Luis Gonzaga: UERGS, 2005.

SILVEIRA, P. R. C. da. e ZIMERMANN, S. A. Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar. In: FROELICH, M. & DIESEL, V. *Espaço Rural e Desenvolvimento Regional*. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. da. No coser da especialização produtiva, os impactos sociais da consolidação da agroindústria familiar rural. In: 12do Encuentro de Geografos da America Latina. *Anais...* Montevideo : Universidad de La República, 2009. v. XII. p. 1-15.

SULZBACHER, A. W.; SILVEIRA, P. R. C. da. Os conflitos na gestão das Agroindústrias Familiares Rurais em função das diferentes concepções de risco ambiental. In: 12do Encuentro de Geografos da America Latina. *Anais...* Montevideo: Universidad de La República, 2009. v. XII. p. 1-15.

ZIMERMANN, S. A. *Universo alimentar e qualidade do alimento: uma construção social*. CPDA. 2006.